



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Trabalho, Organizações e Profissões

A INSERÇÃO PROFISSIONAL PELA VIA DO EMPREENDEDORISMO

ALMEIDA, Rachel de Castro

Pós-doutoranda em Sociologia

CESNOVA - UNL, rachelalmeida@terra.com.br

Bolsista CAPES processo 4035-11/9.

Resumo

As recentes orientações da Comissão Europeia para as políticas de ensino apontam recomendações concernentes à “educação empreendedora”, disseminando no sistema educativo, desde o primeiro ciclo do ensino básico até à universidade, iniciativas dedicadas ao desenvolvimento de atributos e competências empreendedoras. Tais competências, nessas perspectivas, são consideradas essenciais tanto para a aprendizagem ao longo da vida quanto para a empregabilidade como para fomentar a satisfação pessoal, a inclusão social e a cidadania ativa. Uma vez que essa orientação política tem sido apresentada como alternativa para o processo de transição para a vida ativa, este estudo pretende analisar os percursos de inserção profissional de um grupo específico de jovens diplomados nas diversas áreas científicas: aqueles se distinguem por protagonizarem trajetórias empreendedoras.

Este artigo mobiliza os dados quantitativos de uma pesquisa realizada pelo Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade Nova de Lisboa com alunos que concluíram licenciatura em 2004/05, visando predominantemente a caracterização da situação da inserção profissional ao longo dos cinco primeiros anos. Pretende-se descrever as principais dimensões (áreas de formação, origens sociais e valores do trabalho) que permitem a caracterização e a diferenciação daqueles que percorrem trajetórias empreendedoras.

Abstract

The recent guidelines from the European Commission for education policies include entrepreneurship in a reference framework of key competences for lifelong learning, spreading in the education system, from the first cycle of basic education to university, initiatives that aim to develop entrepreneurship-related skills. Such skills, in these perspectives, are considered essential for lifelong learning, to employability, to personal fulfillment, social inclusion and active citizenship. Once this policy orientation has been presented as an alternative to the process of transition to work, this study aims to analyse pathways of transition to work. In particular, a specific group of young graduates: those that trajectories are distinguished by entrepreneur's actions.

This paper uses quantitative data from a survey conducted by OBIPNOVA of the New University of Lisbon with students who have completed degree in 2004/05, aiming primarily to characterize the situation of occupational integration over the first five years. It is intended to describe the main dimensions (areas of education, social backgrounds and work values) that allow the characterization and differentiation of those who follow entrepreneurial paths.

Palavras-chave: ensino superior; inserção profissional; valores do trabalho; empreendedorismo;

Keywords: Higher Education, transition to work, work values; entrepreneurship;

[PAP1147]

A inserção profissional pela via do empreendedorismoⁱ

Uma recente orientação política em âmbito europeu, que por princípio visa ampliar as formas de inserção profissional, difunde a inclusão de ações dirigidas à formação de um “espírito empreendedor”, do ensino básico à universidade, com o intuito de conformar um quadro de referência de competências-chave para a aprendizagem ao longo da vida (COM, 2004; COM, 2006). Em Portugal, o estímulo ao empreendedorismo enquanto uma alternativa ou saída para a transição para a vida ativa é um dos objetivos do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), inscrito no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que inclui nos seus propósitos o estímulo à criação de empregos e o apoio à transição dos jovens para a vida ativa pela via do empreendedorismo. Essa abordagem de cariz político e ideológico é apresentada como alternativa para o processo de inserção profissional e justificada a partir do atual acirramento dos entraves na esfera do trabalho associados à crise do emprego e flexibilização do trabalho.

Um aspecto que merece a atenção e que vem sendo apontado com frequência é o fato do conceito “empreendedorismo” ser apropriado como se sua definição fosse simples, intuitiva e praticamente consensual. Esse termo vem sendo utilizado de forma bastante indiscriminada nos meios políticos, midiáticos, acadêmicos, e neste caso especificamente em diretrizes e orientações no âmbito das políticas públicas de ensino mesmo sem dispor de uma definição conceitual precisa. Uma análise mais detalhada das principais matizes deste termo é também nosso objeto de estudo e parte da pesquisa de pós-doutoramento que enseja esta comunicação, entretanto, não será o foco de nossa abordagem neste artigo.

Teremos aqui presente a definição conceitual de empreendedorismo elaborada pela Comissão Europeia, não que a subscrevamos, mas como o ponto de apoio para uma discussão tanto dos dados quanto consequentemente da própria definição do termo. Em linhas gerais, segundo os preceitos da referida Comissão “ao nível universitário, a educação para o empreendedorismo permite adquirir formação específica sobre como criar e gerir uma empresa e incentiva e apoia as ideias de negócio dos estudantes” (COM, 2006, p. 10). Os resultados esperados da disseminação do espírito empreendedor para esse público são em geral: contribuir positivamente para o aumento da competitividade das economias (apoiados na perspectiva de alguns economistas que indicam a existência de uma correlação positiva entre o empreendedorismo e o crescimento econômicoⁱⁱ), criar empregos (explicitamente incluindo o emprego do próprio empresário), e pela possibilidade de aposta em ideias e atividades inovadoras, aproveitando e criando oportunidades nos mercados (COM, 2004; COM, 2006; QREN & COMPETE, 2011).

Assim, uma vez que essa orientação política tem sido apresentada como alternativa para o processo de transição para a vida ativa, este estudo pretende analisar os percursos de inserção profissional de um grupo específico de jovens diplomados nas diversas áreas científicas: aqueles se distinguem por protagonizarem trajetórias empreendedoras, com o intuito de perceber em que medida estes percursos se alinham ao que é preconizado por essas orientações. Como a própria Comissão Europeia (2004) indica ainda não foram envidados esforços suficientes no sentido de estabelecer indicadores ou de recolher dados quantitativos acerca do real impacto dessas orientações políticas nos sistemas de ensino, o que dificulta a avaliação desse processo.

É preciso considerar que as orientações da União Europeia emergem com mais vigor praticamente no momento coincidente com a etapa final de curso dos jovens objetos desta pesquisa, ano 2004/2005, ou seja, este grupo pode não ter sido alvo direto de ações motivadas por essas orientações políticas. Este fato gera consequências ambíguas para o presente trabalho, pois ao mesmo tempo em que se configura como um ponto de partida para o diálogo com análises de outras coortes, tem em si todos os desafios de um trabalho pioneiro, o que o caracteriza como uma análise exploratória. Além disso, é também importante ressaltar que esses diplomados concluíram seus cursos em 2004/2005, ainda antes da propalada crise que se anuncia no final de 2008 e que se estabelece em 2010.

Inserção profissional: o campo sendo delineado

A temática inserção profissional dos graduados do ensino superior ganhou visibilidade nas últimas décadas com o aumento crescente da escolaridade e as profundas mudanças na esfera econômica e nas dinâmicas do mercado de trabalho. Com a massificação escolar, o acesso ao ensino médio e superior aumentou consideravelmente, entretanto, a absorção no mercado de trabalho não se deu na mesma proporção. Em síntese, a igualdade cresceu porque a educação não é mais um bem tão raro, acessível apenas a uma parte muito definida das nossas populações, mas ela se tornou um bem mais hierarquizado, produzindo desigualdades multiplicadas (DUBET, 2001). Ao olharmos de perto podemos notar que a aparente democratização revela vieses que novamente reproduzem desigualdades e distinções (ALVES, 2009; MACHADO et al., 2003).

Essa democratização relativa está acompanhada de um sentimento de injustiça ou de decepção paradoxal na medida em que a posse de um título acadêmico que outrora garantia à grande maioria dos seus detentores o acesso às posições mais elevadas na estrutura do emprego e do poder atualmente nem sempre se confirma. “A decepção se deve ao fato de que, em se multiplicando, alguns diplomas parecem ter perdido a sua eficácia e não garantem mais a mobilidade social àqueles que o possuem” (DUBET, 2008, p. 382). Nesse sentido, a democratização do acesso ao ensino superior coloca em causa a relação linear entre diploma do ensino superior, posição social e rendimento.

Essa é uma questão social que ganha projeção e em diversos países europeus observa-se cada vez mais empenho na análise dessa matéria, quer por parte das instituições de ensino quer por parte dos governos. As pesquisas francesas, que já acumulam anos de tradição e relacionam a posição social dos pais com a trajetória acadêmica dos filhos, apontam que os filhos das classes populares se encontram nos setores e formações menos valorizadas enquanto os filhos das categorias superiores adquirem uma espécie de monopólio das carreiras elitistas rentáveis (DUBET, 2001; DEROUET, 2002). No começo dos anos 70, na França, havia uma demanda dos diferentes setores da economia pela identificação da mão de obra qualificada, assim, o objetivo principal das pesquisas iniciais era o de adaptar o sistema educativo às necessidades de crescimento econômico. Os resultados apontaram uma desconexão entre formação e emprego, o que gerou como consequência a necessidade de um sistema estatístico que descrevesse o processo de inserção. Em resposta a essa necessidade desde 1975 que o governo francês realiza uma pesquisa nacional, no âmbito do Observatório Nacional de Entradas na vida Ativa, do Céreq, com o intuito de descrever o itinerário profissional dos jovens após a conclusão do ensino superior, observando os nove primeiros meses de inserção na esfera do trabalho. A partir dos anos 80 essas pesquisas passaram a ser mais regionalizadas e também começaram a contemplar um período maior do percurso, investigando os 3 ou 4 primeiros anos (MANSUY, 2001).

Atualmente, além do exemplo francês, podemos apontar como referências internacionais de grande relevância o projeto de investigação “Higher Education and Graduate Employment in Europe” desenvolvido pelo Consortium of Higher Education Researchers – CHEERS – (TEICHLER, 2007) e o estudo “Research into Employment and Professional Flexibility” – REFLEX – (ALLEN & VELDEN, 2007) que se distinguem pela abrangência, pois ampliando a escala permite especialmente as comparações entre os diversos países europeusⁱⁱⁱ. Já no âmbito das experiências portuguesas, podemos citar um extensivo estudo intitulado “Inquérito ao Percurso dos diplomados do Ensino Superior”, que abarcou os diplomados de 1994/95 e acompanhou os 5 anos de trajetória profissional (ODES, 2002), diversos trabalhos como os de Casanova (1993), Machado et al (2003), Mauriti (2000) e as várias teses produzidas por Alves (2007); Alves (2008; 2009); Chaves (2010)^{iv}.

Apesar da recente multiplicação de trabalhos acerca da inserção profissional, a definição conceitual deste termo também não é ainda consensual, o que pode ser evidenciado pela própria diversidade de expressões empregadas nos estudos referentes à temática, como por exemplo, inserção, transição para o trabalho, entrada na vida ativa, trajetórias, itinerários, dentre outras (VINCENS, 1999). Em Portugal, o patrimônio conceitual do termo inserção profissional foi apresentado por Natália Alves (2008; 2009) e Mariana Gaio Alves (2007) no momento em que publicaram os resultados das suas pesquisas realizadas, respectivamente,

com os graduados da Universidade de Lisboa e da Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciência e Tecnologia). Esses estudos se destacam como os poucos que procuraram recensear esse patrimônio e se distinguem também pela elaboração de definições conceituais.

As referidas autoras apontam que a inserção profissional consiste em um novo termo que remete para um campo semântico complexo no qual se cruzam e inter-relacionam as diversas dimensões presentes na noção mais vasta de integração, desse modo, “falar de inserção profissional dos jovens é falar, simultaneamente, da sua integração económica, social, cívica e simbólica” (ALVES, 2008, p. 85). Esse reconhecimento de que o processo de inserção profissional é multidimensional significa compreender que “(...) envolve um conjunto de actores e factores diversificados, não sendo simplesmente o resultado de opções individuais que têm por base uma racionalidade económica” (ALVES, 2007, p. 194). Por isso, é fundamental sublinhar que a inserção congrega um conjunto de atores e fatores diversificados, já elencados em diversas abordagens (RODRIGUES, 1992; TEICHLER, 1997), mas cuja interligação é necessário clarificar.

Mesmo sem uma conceituação uníssona, os estudos contemporâneos nesse campo têm incorporado três pressupostos essenciais que consideramos muito importante destacar (VINCENS, 1997; VÈRNIERES, 1997; ALVES, 2009). Um primeiro pressuposto refere-se à questão da temporalidade, pois, uma vez que já não temos condições de definir a transição para o trabalho como um momento, ela deve ser entendida como “um processo dilatado no tempo, ao longo do qual é possível observar dinâmicas de convergência e divergência entre educação e trabalho/emprego” (ALVES, 2007, p. 22-23). O fim relativamente indeterminado do processo de inserção é um problema contemplado nas definições mais invocadas desse conceito (VINCENS, 1997; VÈRNIERES, 1997), e está ainda na origem quer da cunhagem de noções complementares como a de “reinserção” quer na adesão a termos alternativos, como o de “*transition to work*”, geralmente utilizado no contexto britânico e norte-americano (BRANNEN e NILSEN, 2002; LOSCOCCO, 1989).

Um segundo pressuposto assenta no reconhecimento de que é preciso contemplar as dimensões subjetivas da inserção, especificamente, as aspirações profissionais e os “valores do trabalho” (JONHSON, 2001), concomitantemente, com as análises acerca da “socialização profissional” (DUBAR, 2006) e da “construção das identidades profissionais” (ALVES, 2009; NICOLE-DRANCOUR, 1990). E, finalmente, o terceiro pressuposto indica que essas dimensões devem ser articuladas com os aspectos de natureza objetiva que pautam a inserção profissional, a saber, as posições que os indivíduos ocupam no mercado de trabalho ou aquelas que percorrem ao longo da sua trajetória (CHAVES, 2010).

Sublinhados esses três pressupostos que dão origem às principais dimensões que compõem os estudos acerca da inserção profissional, ressalta-se, então, uma questão: quando é possível afirmar que uma coorte atingiu a inserção profissional? Aparentemente a resposta a essa questão viria acompanhada da definição de um “estado final” de inserção, o que não é facilmente demarcado tendo em vista as oscilações comuns decorrentes das dinâmicas do próprio mercado de trabalho e as concepções subjetivas dos indivíduos com relação às expectativas e às posições alcançadas. O caminho para essa resposta tem sido a comparação com as taxas de desemprego da população de referência o que permite observar como que os indivíduos de cada coorte se situam em relação às definições convencionais, como percentagem de população economicamente ativa, inativa, etc. (VINCENT, 1999).

Aspectos Metodológicos

Sensível à compreensão acerca dos percursos de inserção profissional dos jovens diplomados contemporâneos, este artigo mobiliza os dados quantitativos de uma pesquisa realizada em 2010 pelo Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade Nova de Lisboa (OBIPNOVA) com alunos que concluíram licenciatura em 2004/05.

Uma questão metodológica central na análise dos dados recolhidos pelo OBIPNOVA é a compreensão da inserção profissional como um processo de dupla dimensão: enquanto sucessão de posições no mercado de trabalho e como um processo de socialização profissional. O que requer, por conseguinte, uma análise de dimensões objetivas e subjetivas uma vez que a inserção profissional obriga a considerar: (i) os percursos

objetivos de passagem de uma posição a outra, (ii) os recursos mobilizados para essa transição, (iii) e as relações subjetivas que os indivíduos estabelecem com o trabalho, configuradas tanto a partir dos valores do trabalho que orientam esses percursos quanto do processo de construção das identidades pessoais e coletivas (CHAVES, 2010; ALVES, 2009).

Nessa direção, os dados coletados visam revelar a inserção em quatro momentos distintos: no primeiro mês após a formatura, 18 e 36 meses após a obtenção do grau, e, finalmente, em uma semana de referência comum a todos os inquiridos (os sete dias precedentes à aplicação do questionário, momento em que a maior parte dos indivíduos concluiu a sua formatura há cerca de 5 anos).

O objetivo predominante deste artigo é a caracterização de um grupo que se distingue dos demais por ter em algum momento ao longo dos primeiros cinco anos de percurso “criado uma empresa/um consultório/um escritório ou criado o próprio emprego”; o que por um esforço de síntese será aqui classificado como percurso empreendedor. É importante ressaltar que estes jovens se diferenciam inclusive daqueles que “começaram a trabalhar a título individual, como consultor ou na prestação de serviços”. A não inclusão desses últimos se justifica, primeiro, porque nosso ponto de partida é o conceito de empreendedorismo adotado pela União Europeia no qual os trabalhadores independentes não se enquadram e, segundo, porque em geral esse grupo é composto por jovens que estão inseridos no mercado de trabalho adotando uma forma flexível de contrato^v.

Os dados foram coletados com os diplomados do 1º ciclo do ano 2004/2005 de todas as unidades orgânicas da UNL. Pretendia-se, idealmente, garantir a representatividade estatística de todos os cursos (com uma margem de erro máxima de 5% para um intervalo de confiança de 95%). As taxas de resposta atingiram um valor muito expressivo, a margem de erro para a Universidade é bastante reduzida, entretanto, diante da dificuldade de recuperar os dados de contato passados 5 anos, como seria de se esperar, essa margem de erro ideal não foi obtida em todas as Faculdades. O Quadro 1 abaixo aponta universo, população-alvo, população inquirida, erro amostral e taxa de resposta por Unidade Orgânica.

	Universo	Amostra	Erro Amostral	Taxa de Resposta
FCM	150	51	11,10%	34%
FCSH	545	333	3,30%	61,10%
FCT	606	356	3,30%	58,70%
FD	79	55	7,30%	69,60%
FE	281	149	5,50%	53%
ISEGI	69	32	12,70%	46,40%
TOTAL 1o ciclo	1730	976	2,10%	56,40%

Fonte: CHAVES e MORAIS, 2011.

Linhas gerais: uma caracterização do grupo em questão

No universo de 1730 diplomados foram identificados 33 empreendedores o que corresponde a 3,4% da amostra. Esta taxa de empreendedorismo se aproxima bastante dos dados revelados pelo Eurobarometer (2009), pois Portugal, Finlândia e Itália se destacam como os três países em que uma minoria (4%) responde que está pensando em começar um negócio.

Há uma distribuição diferenciada por áreas de formação. Em termos absolutos, a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) é a instituição de origem de 14 diplomados empreendedores, o que representa 42,4% do total de jovens egressos da UNL com percurso empreendedor. É preciso considerar que está é a Unidade Orgânica com o maior número de diplomados (606 ex-alunos no ano 2004/05). Esses 14 alunos correspondem a 3,9% da amostra de diplomados pela FCT no ano letivo 2004/05^{vi}. Em termos percentuais os alunos do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação (ISEGI) se destacam, pois dentre os 69 diplomados foi possível identificar 4 alunos que seguiram percursos em que estão presentes atividades empreendedoras, ou seja, 12,5% da amostra. A Faculdade de Economia (FE) em termos percentuais está em segundo lugar, com 4% dos egressos trilhando um percurso empreendedor. As Faculdades de Ciências

Sociais e Humanas e a Faculdade de Direito têm um percentual abaixo da média, com 2,4% e 1,8% respectivamente. Distingue-se a Faculdade de Ciências Médicas (FCM) como a única em que não se identifica a presença de percursos de inserção profissional com marcas empreendedoras, o que se justifica em função da natureza da atividade profissional e da própria estrutura da relação formação-trabalho da carreira médica, regulada pelo Estado Português.

	Universo	Amostra	Empreendedores Identificados	Percentual Empreendedores Amostra (%)	Percentual de Empreendedores de na Universo (%)
ISEGI	69	32	4	12,5	5,8
FE	281	149	6	4,0	2,1
FCT	606	356	14	3,9	2,3
FCSH	545	333	8	2,4	1,5
FD	79	55	1	1,8	1,3
FCM	150	51	0	0,0	0,0
TOTAL 1o ciclo	1730	976	33	3,4	1,9

Fonte: CHAVES e MORAIS, 2011.

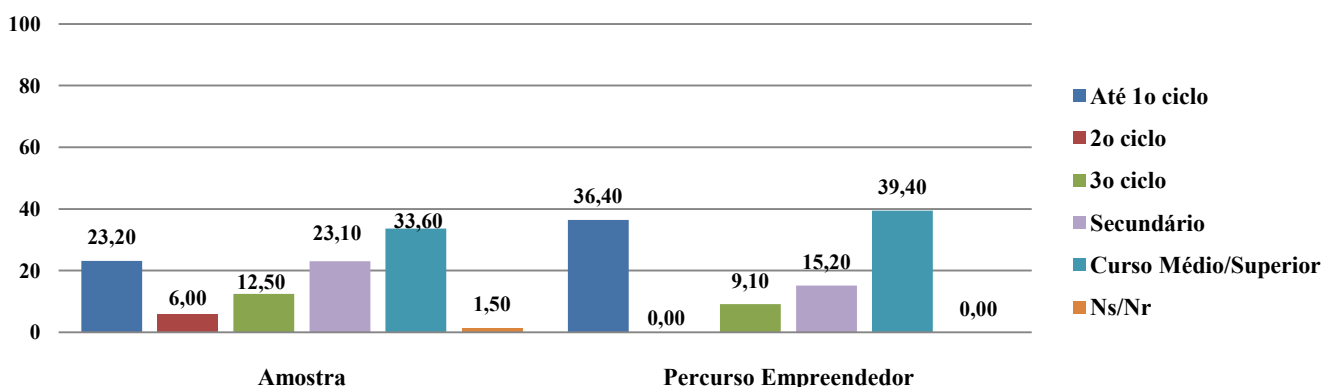
As diferenças podem também ser identificadas quando a análise passa para o nível dos Cursos ministrados por cada uma destas Unidades Orgânicas. Nessa escala já é preciso ter algum cuidado e notar que não é recomendável tomar essas informações e generalizá-las. Esses dados são específicos de uma coorte e para uma ilação maior seria preciso recorrer a outras coortes. De todo modo, é importante salientar essas distinções, pois elas exibem pistas a serem investigadas. Na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), por exemplo, o curso com maior número de jovens com percurso empreendedor é o de Conservação e Restauro. Dentre os 17 diplomados em Conservação e Restauro, 12 responderam ao questionário e 3 deles declararam ter criado uma empresa. Já o Curso de Engenharia de Ambiente que conta com 106 diplomados naquele ano tem apenas 1 ex-aluno com percurso empreendedor. No Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação (ISEGI) os 4 alunos com percurso empreendedor são todos concluintes do Curso de Estatística e Gestão de Informação^{vii}. A Faculdade de Economia (FE) que abarca os cursos de Economia e Gestão tem 2 ex-alunos do Curso de Economia e 4 do Curso de Gestão trilhando o percurso empreendedor. Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas 37,5% dos empreendedores são oriundos do Curso de Ciências da Comunicação. Essas diferenças acendem algumas questões que mereceriam atenção e certamente serão exploradas por nós em fases subsequentes: Os Cursos como Conservação e Restauro, Ciências da Comunicação e Estatística e Gestão da Informação incluem em suas grades curriculares alguma formação em empreendedorismo? Quais são as particularidades do mercado de trabalho nestas áreas? Estes mercados estariam promovendo um processo de geração de empresas por restrições à geração de novos empregos (públicos ou privados)?

Quanto à análise da distribuição por gênero, este é um grupo com maior representação masculina, são 20 homens e 13 mulheres. Considerando que o número de mulheres no grupo de diplomados da UNL desta coorte é equivalente a 56% do total, acentua-se a sobrerrepresentação masculina. Este aspecto é corroborado pelos dados do *Global Entrepreneurship Monitor* (2010), uma vez que o número de empreendedores do sexo masculino em Portugal é o dobro do feminino.

Em relação à origem social dos alunos, destacaremos o nível de instrução dos pais, a ocupação profissional dos pais e o envolvimento dos progenitores em atividades realizadas por conta própria. Esse último aspecto em especial tem como pretexto averiguar em que medida esses jovens já dispõem de um maior conhecimento das práticas empreendedoras em função de tradições e recursos familiares.

Ao analisar a distribuição do nível de instrução dos pais dos alunos da Universidade Nova de Lisboa nota-se que 56,8% dos jovens são originários de grupos familiares que ocupam as duas posições extremas na estrutura de escolaridade da população. Mais de um terço da amostra (36,6%) tem pais que estão no patamar mais elevado da estrutura educacional tendo concluído curso médio ou superior, enquanto na outra ponta, temos 23,2% dos pais que não ultrapassaram o 1º ciclo. Em situação intermediária, com o 2º e 3º ciclos e secundário completo, identificam-se 41,6% dos pais.

Quando analisamos a distribuição dos pais dos jovens com percurso empreendedor por níveis de formação e em comparação com os pais dos jovens diplomados pela UNL é possível observar uma acentuação dessa concentração nos extremos. Nota-se um aumento da percentagem de pais com apenas 1º ciclo (36,4%) e de pais com curso Médio/Superior (39,4%), sendo o mais significativo dentre os cinco níveis de ensino contemplados.

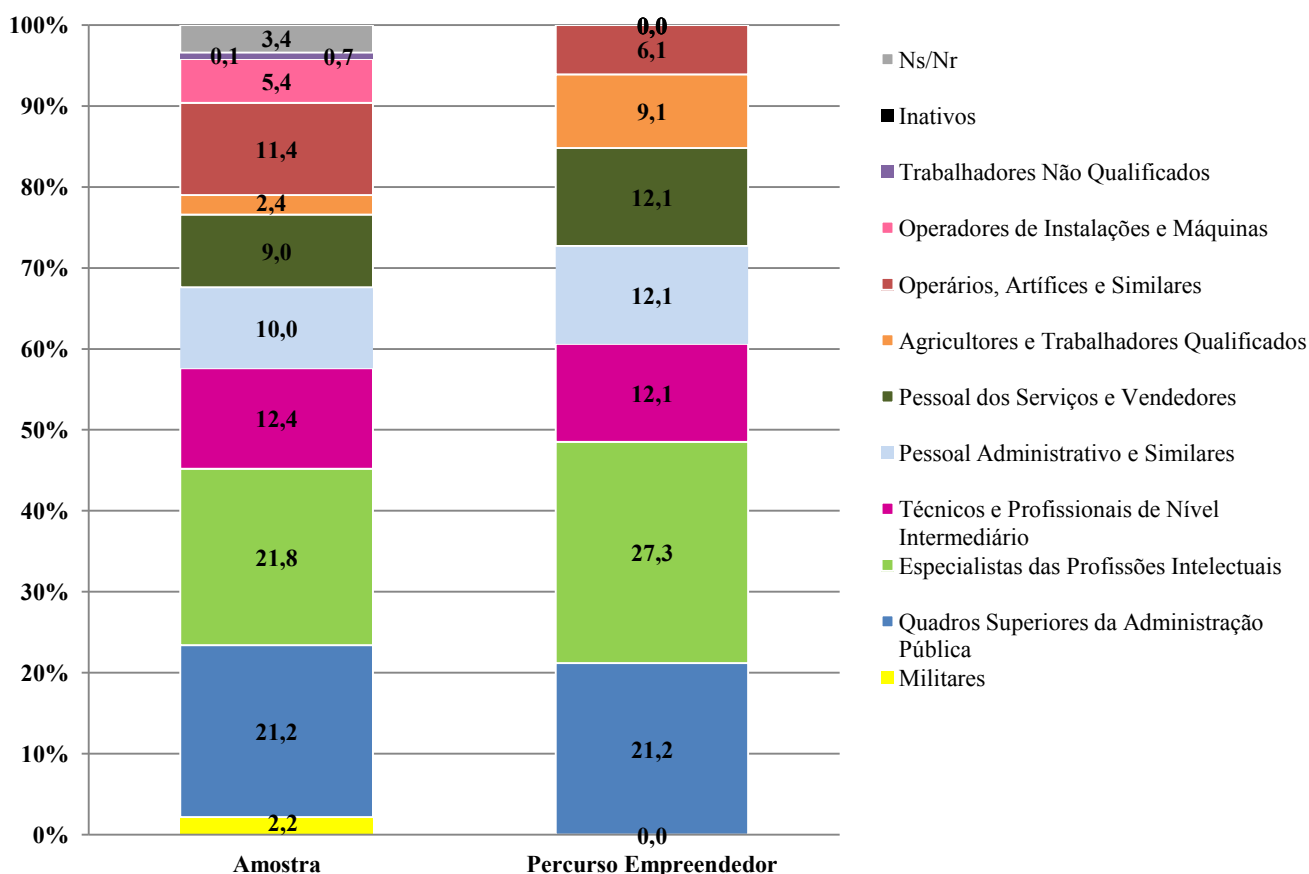


Fonte: OBIPNOVA, 2010

A constatação de concentração da distribuição desta população nos extremos já foi outrora apresentada por Alves (2009) tendo em conta os jovens diplomados da Universidade de Lisboa (1994/1998 e 1999/2003). Além disso, é importante assinalar que em comparação com os dados da distribuição da população portuguesa pelos diversos níveis de escolaridade esses dados também revelam que a composição sócio-educativa dos estudantes *é mais uma prova da selectividade que ainda hoje caracteriza o acesso ao ensino superior* (ALVES, 2009, p. 38) uma vez que os jovens universitários oriundos de famílias mais escolarizadas estão sempre sobre-representados.

Na amostra de diplomados da UNL, 25,6% dos pais trabalham por conta própria e esta percentagem se mantém praticamente inalterada quando consideramos apenas os pais dos jovens empreendedores, que representam 27,27% do total.

Com relação às ocupações profissionais^{viii} dos pais dos diplomados a distribuição é bastante semelhante, diferenciando-se com alguma ênfase apenas nas atividades com “agricultura e trabalhadores qualificados” em que a presença dos pais dos jovens com percurso empreendedor é maior do que dos pais dos jovens da UNL em geral. Em contraponto, a participação dos pais em atividades como “operários, artífices e similares” é menor e não identificamos pais que realizem as atividades classificadas como “operadores de instalações e máquinas”, “trabalhadores não qualificados” e “inativos”.



Fonte: OBIPNOVA, 2010.

Quadro semelhante ao dos pais é traçado pelas mães dos jovens diplomados pela Universidade Nova de Lisboa. Nota-se novamente uma concentração nas extremidades da estrutura educacional, sendo que mais de um terço (34%) têm nível médio ou superior e 24% do total têm apenas 1º ciclo. No patamar intermediário com 2º, 3º ciclos e secundário concentram-se 41% das mães. Ao analisar a distribuição das mães dos jovens empreendedores por nível de formação é possível observar, tal como com os pais, uma maior percentagem 39,4% de mães com curso médio/superior e 30,3% das mães com 1º ciclo. O que mais uma vez reforça a concentração nas pontas da estrutura educacional.

Caracterizando as fases do percurso empreendedor

O nosso ponto de partida é a ocupação ou atividade profissional antes de concluir a licenciatura, momento em que contamos com 7 jovens envolvidos em atividades empreendedoras. Destes apenas 2 passam para as fases seguintes mantendo-se no percurso empreendedor. Os outros 5 jovens nos 12 meses subsequentes à conclusão do curso se inserem no mercado de trabalho, como trabalhadores, em atividades classificadas como adequadas ao nível de formação^{ix} não voltando mais ao longo dos cinco anos subsequentes a ter envolvimento declarado com atividades empreendedoras. Apenas um deles retomará no quinto ano o percurso empreendedor, mais uma vez criando uma empresa ou o próprio emprego.

Na segunda etapa do percurso, correspondente a um ano após a conclusão do curso, localizamos 8 empreendedores, dois deles já vindos da etapa anterior e 6 que se identificam nesta etapa como tendo criado uma empresa ou o próprio emprego. Os dois que vieram da fase anterior vão seguir adiante com seus trajetos empreendedores e dentre os 6, teremos 3 que também avançarão ao longo dos próximos 5 anos no mesmo trilho e 3 que voltam a se inserir no mercado em atividades classificadas como adequadas ao nível de formação.

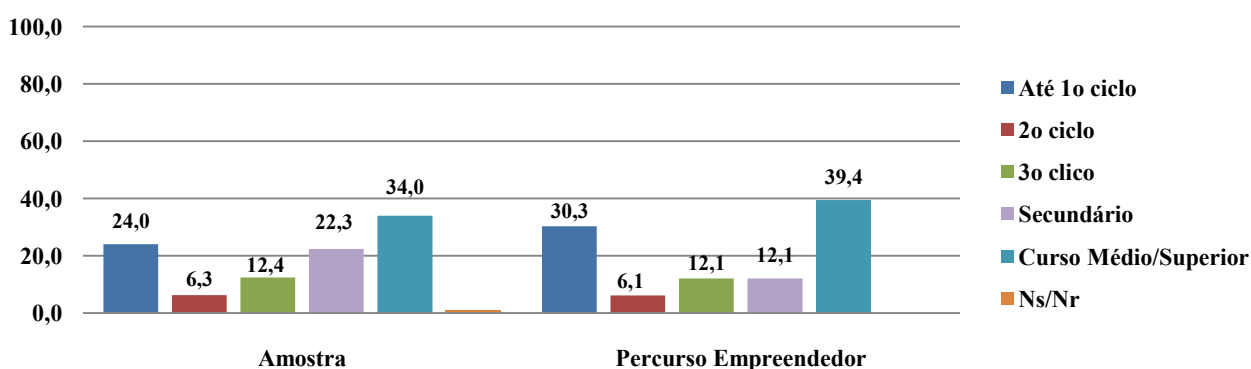
Na terceira etapa avaliada, ao seja, três anos após a conclusão do curso, o número de jovens com percurso empreendedor sobe para 13, sendo que 5 deles já vieram da fase anterior, portanto, 8 estão iniciando o trajeto empreendedor neste momento. Dentre os 8 principiantes, 5 vão seguir adiante com a mesma atividade e 3 deles no quinto ano já terão voltado a exercer atividades profissionais enquanto trabalhadores também em atividades adequadas ao nível de instrução.

Chegamos então a ultima etapa – 5 anos após a conclusão do curso – com um grupo formado por 23 jovens que declaram ter criado sua empresa ou emprego, sendo que 5 deles já vinham trilhando o percurso empreendedor desde a fase anterior, e 2 já tinham iniciado a criação da empresa ou do negócio na segunda etapa e 2 já percorriam a trajetória empreendedora desde que estava ainda cursando a graduação. Dois já tinham experiências anteriores com a criação de negócios e os outros 12 estavam iniciando a criação do negócio nesta etapa. É digno de nota que 2 destes 12 novos empreendedores na fase anterior estavam inseridos em atividades classificadas como inadequadas ao nível de formação segundo os critérios do Eurostat.

A análise dos 5 anos de inserção dos jovens com percurso empreendedor nos permite concluir que o número de diplomados envolvidos em criação de empresas, consultório, escritório ou do próprio emprego aumenta ao longo do tempo (7, 8, 13 e 23) e a cada etapa é possível observar que o número de jovens que dão continuidade às atividades empreendedoras cresce (2, 5, 9), o que parece ser um anúncio de que a experiência anterior acumulada contribui para o êxito e a continuidade do percurso empreendedor.

No entanto, é preciso ressaltar que ao longo dos 5 anos essas trajetórias em geral revelam-se ainda bastante fluidas. A continuidade em atividades empreendedoras por um período maior do que 3 anos é identificada em um grupo composto por apenas 10 jovens. Outro grupo formado por 9 jovens tem uma inserção pontual em uma atividade empreendedora em alguma destas 4 fases retornando à condição de trabalhador na fase subsequente. Dois deles estiveram envolvidos em atividades empreendedoras ainda na faculdade ou no primeiro ano e declaram 5 anos após a conclusão do curso que estavam novamente criando uma empresa ou o próprio emprego. Esta volatilidade do percurso evidenciada por um período muito curto de criação de empresa sucedido por uma nova inserção profissional explicita a necessidade de compreendermos melhor, com análises qualitativas, se esses jovens trilharam o percurso empreendedor motivados por uma determinação pessoal ou em razão de dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. Como diria Colbari (2007, p.84), será que estas iniciativas empreendedoras associam-se “*menos ao resgate do sonho de ser patrão e muito mais às dificuldades de realizar o sonho da carteira assinada?*”

Dentre os resultados esperados pela Comissão Europeia fruto das iniciativas empreendedoras está a criação de novos empregos. Ao analisarmos a quantidade de trabalhadores sob a direção ou responsabilidade dos jovens que criaram a própria empresa identificamos que o número não ultrapassa a marca de 24 funcionários. Com efeito, esses percursos fluidos e instáveis somados ao reduzido volume de novos empregos criados sugerem que essas atividades empreendedoras estão mais distantes do objetivo preconizado pela Comissão Europeia de se converterem em alternativas para o crescimento sustentável e mais próximas da opção geração de emprego para o próprio empresário.



Do mesmo modo, a percentagem de mães que trabalham por conta própria tanto considerando toda a população inquirida quanto os jovens em foco, em ambos os grupos elas rondam a marca dos 20%.

Em síntese, a distribuição dos níveis de instrução tende a se concentrar ainda mais nas pontas da estrutura educacional quando observamos os pais e mães do grupo em foco em comparação com os progenitores dos diplomados UNL em geral. Os dados alteram-se tanto para os pais quanto para as mães revelando um uma ascensão do percentual de pais com ensino médio/superior e com 1º ciclo. Com relação à ocupação profissional dos pais e das mães também não há qualquer evidência de características singulares de situação na estrutura ocupacional dos progenitores desses jovens. Além disso, nota-se que não há em termos comparativos com a amostra uma maior concentração de pais ou mães que trabalhem por conta própria no grupo daqueles jovens que criaram seus próprios negócios. Este fato coloca em causa a hipótese de que este grupo poderia ter em comparação com os demais uma bagagem e um capital social familiar que facilitaria o percurso empreendedor. Em outras palavras, a observação de possíveis influências da família nas aspirações empreendedoras não pôde ser constatada.

No trilha das aspirações e avaliações subjetivas

“Os portugueses parecem ter forte atracção pelo trabalho por conta própria, têm “fome de trabalho”, prezam muito a garantia de emprego, revelam uma ética do trabalho bastante consistente e mostram-se moderadamente satisfeitos com sua situação profissional”. Estas são as conclusões apontadas por Freire (2008) após a análise dos dados de 2006 coletados pela rede *International Social Survey Programme* (ISSP)^x. O trabalhar por conta própria é objetivo de 52% da amostra. A “fome pelo trabalho” é explicada em comparação com outros países europeus (Espanha, França, Alemanha, Suécia, Irlanda e Hungria) uma vez que Portugal se destaca dos demais tendo 50% dos portugueses respondido que gostariam de trabalhar mais horas para ganhar mais dinheiro. E, dentre o rol de aspirações profissionais ou aspectos valorizados no trabalho, o quesito segurança do emprego é o fator mais valorizado, sendo que 62% da amostra declara que este é um aspecto muito importante. Com relação ao grau de satisfação com o trabalho, 65% dos portugueses declaram-se satisfeitos com o trabalho.

Nesta nossa pesquisa, os valores do trabalho também foram abordados e operacionalizados por meio do uso dos indicadores elencados pelo *International Social Survey Programme* (ISSP) e são acionados do mesmo modo como são tratados por Chaves (2010) em sua proposta de “dialética do ajustamento entre posições e aspirações”.

Esboçando uma analogia à síntese de Freire (2008) e antecipando a descrição pormenorizada que se seguirá abaixo poderíamos dizer que os jovens objetos desta análise também têm forte atração pelo trabalho por conta própria, mais precisamente pela criação de empresas, entretanto, por um lado, já não atribuem tanta importância à segurança e à estabilidade e, por outro lado, valorizam o trabalho útil à sociedade, mais do que a média geral. Além disso, mostram-se altamente satisfeitos com a situação profissional cinco anos depois de terem concluído seus cursos superiores.

Os dados abaixo representam para cada aspecto elencado a percentagem daqueles que atribuíram valores 9 e 10, em uma escala de 1 a 10. O olhar, portanto, centra-se na máxima valorização subjetiva, ou seja, na atribuição de duas das mais elevadas notas na escala de valores a cada aspecto isoladamente.

Os aspectos valorizados no trabalho pelo grupo estudado em linhas gerais são muito similares à amostra dos diplomados da UNL, porém, é preciso fazer ressalvas quanto a duas diferenças marcantes: foi possível identificar cinco aspectos que são mais valorizados pelos jovens com percurso empreendedor do que pelos diplomados em geral e um aspecto que é muito pouco valorizado por esse grupo ao passo em que é bastante apreciado pelo conjunto de diplomados.

Dentre os cinco quesitos mais valorizados pelos jovens com percurso empreendedor em comparação com os jovens diplomados em geral estão: “trabalho útil à sociedade”, “trabalho que permita ajudar as outras

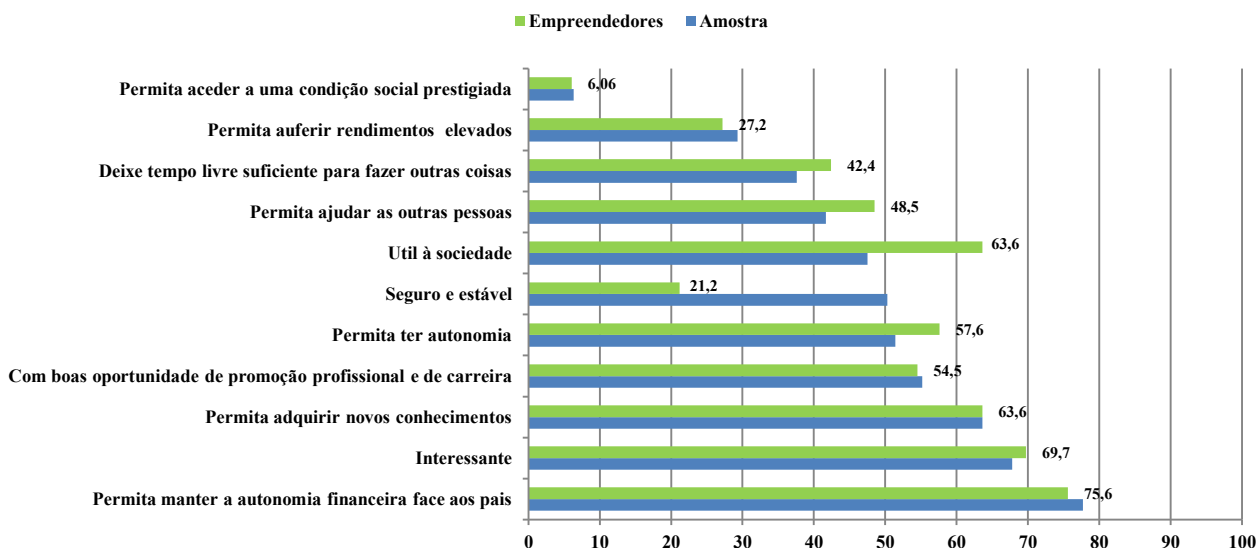
pessoas”, “trabalho interessante”, “trabalho que permita ter autonomia” e “trabalho que deixe tempo livre para a realização de outras atividades”. Um aspecto que se destaca dos demais, pela evidente sobrevalorização quando comparado com a escala de valores do grupo da UNL em geral, é “o trabalho útil à sociedade”. Esse valor representa uma aspiração de 63,6% dos jovens com percurso empreendedor. Em consonância há também a maior valorização do aspecto “trabalho que permita ajudar as outras pessoas”.

Esta elevada valorização do “trabalho útil à sociedade” e “do trabalho que permita ajuda a outras pessoas” é certamente um trilha a ser explorado nos próximos passos desta pesquisa por meio de abordagens mais qualitativas a esse grupo. A criação de novas empresas ou negócios na medida em que propicia espaço para a geração de novos empregos pode representar um caminho para a obtenção dessas aspirações? Quais outros aspectos estarão subjacentes à capacidade de ajudar a outras pessoas ou se ser útil à sociedade na acepção deste grupo de jovens?

Com relação ao tripé – trabalho interessante, autonomia e tempo livre - essas são aspirações comuns tanto ao grupo de jovens que segue um percurso empreendedor quanto aos que procuram o trabalho independente ou o trabalho por conta própria, como apontado por Alves (2009) na descrição do “mundo dos empresários de si”. Os depoimentos dos jovens que se inscrevem nesse perfil revelam que *“neste mundo, a relação entre trabalho, mérito e incentivo tem uma valência positiva”* (ALVES, 2009, p. 243). Essa relação parece estar intrinsecamente associada ao significado do valor “autonomia” que pressupõe *“certo grau de liberdade de ação em relação ao trabalho prescrito, ou seja, denota a chance de o jovem definir por si próprio a trajetória que percorrerá em direção ao objetivo proposto pela organização, aplicando os conhecimentos e as experiências prévias durante a realização da atividade”* (ALMEIDA, 2010, p.152). Assim, a autonomia configura-se articulada ao mérito e ao incentivo.

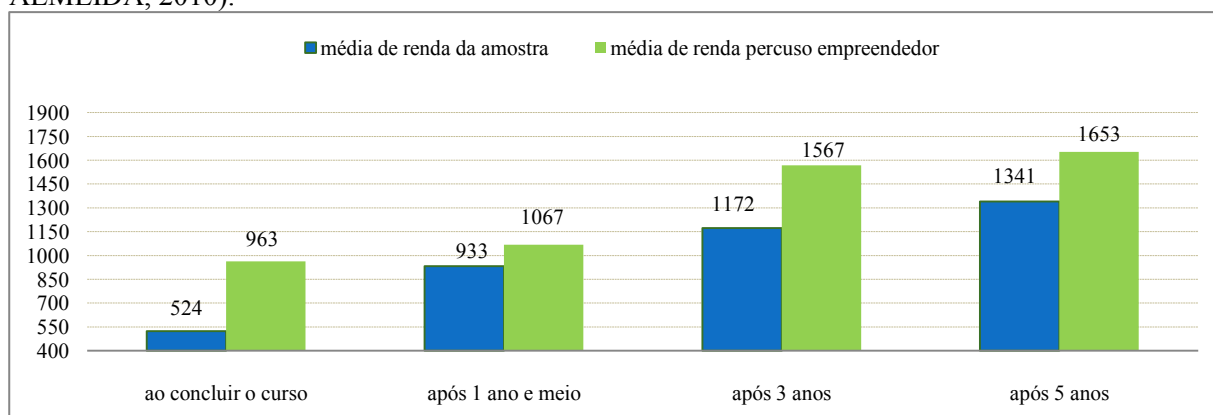
A autonomia está também diretamente relacionada à ampliação do tempo livre e à capacidade de gerenciar a flexibilidade de horários em razão do volume de trabalho. Esse tempo livre e flexível é apreciado de forma dicotômica, pois diante da possibilidade de “gerenciar a si próprio” e de decidir como utilizar esse tempo, ele pode tanto ser direcionado às outras esferas da vida social, como a família, ou também para aumentar a capacidade produtiva, permitir *“fazer mil e uma coisas, a correr de um lado para o outro, a desejar que o dia tenha mais horas e a matar-se para ter alguma coisa”* (ALVES, 2009, p. 249), e logicamente ampliar os rendimentos.

Por outro lado, um fator associado ao trabalho que é pouco valorizado por esses jovens é “o trabalho seguro e estável”, pois apenas 21,2% desse grupo atribui alta valorização para o referido quesito. Mais uma vez recorrendo às análises de Alves (2009, p. 247) é possível notar que há uma oposição simbólica entre emprego e trabalho por conta própria, que não se restringe a uma visão maniqueísta, até mesmo porque esses são jovens com anos de experiência profissional, mas que ainda exibe uma referência dicotômica em que *“o emprego é sinónimo de estabilidade e segurança, de um horário de trabalho de nove às cinco, de um ordenado fixo e de subsídios, no entanto, o emprego é também sinónimo de subordinação hierárquica e da inexistência da relação linear entre trabalho e salário”*. Para um grupo que preza tanto a autonomia e o envolvimento com um trabalho interessante, a subordinação hierárquica pode representar um empecilho à realização do próprio trabalho e reduzir o interesse do trabalho, o que, nessa perspectiva dicotômica, contribui para a desvalorização do trabalho estável e seguro. Em trabalhos anteriores (ALMEIDA, 2010) também já nos foi possível identificar que o quesito “segurança” para alguns grupos de jovens é desvalorizado na medida em que se associa à rotina de um trabalho burocrático e à ausência de desafios e novos aprendizados. Para esses jovens é justamente a insegurança que orienta a disposição para enfrentar os limites de um contexto flexível e ilegível, na medida em que ela se torna o impulso invisível e completamente sensível que direciona a procura por alternativas. Nessa perspectiva, a ausência de “segurança” conduz esses jovens a compreender esse processo como molas propulsoras de ganhos de outras recompensas valorizados com maior proeminência como o aprendizado e a autonomia.



Fonte: OBIPNOVA, 2010.

Outro ponto a considerar é que a aspiração relativa aos rendimentos elevados não parece ser uma grande preocupação para estes jovens, aliás, é menos valorizada pelos jovens com percurso empreendedor do que pelos diplomados da UNL em geral. Entretanto, quando analisamos a renda média dos jovens com percurso empreendedor observa-se que em todas as fases do percurso aqueles que seguem o trilho da criação de negócios ou empresas têm uma renda média mensal superior aos demais. Esta aparente desvalorização do quesito “remuneração elevada” pode estar associada ao fato de que a tendência dos indivíduos é valorizar mais aquelas recompensas ou quesitos que se deseja alcançar e que ainda não se obteve (JOHNSON, 2001; ALMEIDA, 2010).



Fonte: OBIPNOVA, 2010.

Além disso, o nível de satisfação destes jovens com o trabalho é bastante elevado, pois 91% deles atribuem grau de satisfação acima de 6 em uma escala de 0 a 10 e muito próximo ao nível de satisfação dos jovens diplomados da UNL em geral, em que 87,4% também se posicionam nos quesitos de 6 a 10 na escala. Se selecionarmos apenas aqueles em que na etapa final estavam trabalhando em atividades em desenvolvidas ou criadas pelos próprios o nível de satisfação sobe e 96% deles se posicionam na escala entre 6 e 10.

Sintética nota final

Como apresentado ao longo do texto, os dados dos jovens empreendedores relevam origens sociais muito homogêneas em relação ao conjunto dos diplomados, uma distribuição diferenciada por gênero, diferenças em termos de área de formação que exigem um trabalho mais intenso de investigação, percursos fluidos e instáveis e uma distância em relação a determinados resultados esperados pela UE, como a criação de novos empregos.

Na atual conjuntura da esfera do trabalho, em que as incertezas estão muito mais presentes, em que se acentuam os constrangimentos para o ingresso na vida ativa, são gestados distintos percursos de inserção profissional, resultantes de diferentes estratégias de orientação no campo profissional, tanto em termos objetivos – dos recursos e das oportunidades – quanto em razão dos valores do trabalho almejados subjetivamente. Assim, conhecer os jovens que atualmente seguem este percurso e compreender as suas motivações e aspirações profissionais abrem pistas para que as ações institucionais, desenvolvidas no âmbito das instituições de ensino superior relacionadas à formação de jovens empreendedores, sejam mais focalizadas e consequentemente tenham mais chance de êxito.

É nesta direção que este projeto ainda pretende se debruçar sobre esse universo procurando conhecer estes jovens com base nos relatos acerca dos seus projetos profissionais, possibilitando que os entrevistados contem as suas histórias de inserção. Essa opção metodológica irá incorrer num exercício de exame das entrevistas de forma a compor a trajetória do percurso realizado pelos diplomados empreendedores, tal como preconizado por Bourdieu (1996; 2007) e Lahire (2004) quando se referem à importância das análises das origens social e familiar e das trajetórias de vida para a compreensão das disposições e das estratégias dos atores sociais. Rastrear e descrever esses percursos são formas de contribuir tanto para o estudo científico da inserção profissional quanto para uma compreensão integrada do campo que por princípio passa a contar com uma recente diretriz política dirigida ao desenvolvimento e ampliação de uma das formas de inserção na esfera do trabalho denominada via do empreendedorismo.

Referências

ALMEIDA, Rachel de Castro. O valor do trabalho para a juventude contemporânea na elaboração de projetos de vida. 2010. 218f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ALMEIDA, Rachel C. Ensino Superior e Avaliação Institucional: instrumentos metodológicos para estudos comparativos sobre inserção profissional de diplomados. 35º Encontro Nacional da ANPOCS. Outubro 2011, Caxambu-MG, Brasil. http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=94

ALVES, Mariana Gaio. A inserção profissional dos diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

ALVES, Mariana Gaio. A inserção profissional de graduados em Portugal: notas sobre um campo de investigação em construção. In: MARQUES, Ana Paula; ALVES, Mariana Gaio Alves (orgs.). Inserção profissional de graduados em Portugal. (Re)configurações teóricas e empíricas. Famalicão, Edições Húmus, 2010.

ALVES, Natália. Inserção profissional e formas identitárias: o caso dos licenciados da Universidade de Lisboa. Lisboa: Educa; Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2009.

ALVES, Natália. Juventudes e Inserção profissional. Lisboa: Educa; Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2008.

ASSUNÇÃO, Fátima. Do emprego à empresa? Uma reflexão sobre o auto-emprego, a pequena propriedade e o empreendedorismo. In: VI Congresso Português de Sociologia, Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de junho de 2008.

AUDRETSCH, David B. Entrepreneurship: a survey of the literature. Brussels: European Communities, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

- BRANNEN, J.; NILSEN, A. Young people's time perspective: from youth to adulthood. *Sociology*, 2002, n. 36, p. 513- 537.
- CABRAL, M. Villaverde et al. (Org.). *Trabalho e cidadania*. Lisboa: ICS/ISSP, 2000.
- CHAVES, Miguel e MORAIS, César (2011). O percurso dos graduados de 1.º, 2º e 3.º ciclos da FCSH que concluíram os cursos no ano lectivo de 2004/2005: relatório preliminar, Lisboa, FCSH/UNL (policopiado).
- CHAVES, Miguel. *Confrontos com o Trabalho entre Jovens Advogados: as Novas Configurações da Inserção Profissional*. Lisboa: ICS, 2010.
- CASANOVA, J. *Estudantes universitários: composição social, representações e valores*. Lisboa, ICS, 1993.
- CHEERS. *Careers after Graduation: An European research study*. Disponível em http://www.uni-kassel.de/incher/cheers/goals_e.gkh. Acesso em 10 de agosto de 2011.
- COLBARI, Antônia de L. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. In: *SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. pp.75-111.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Plano de acção: A agenda europeia para o espírito empresarial*. In: COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao parlamento europeu, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões*. Bruxelas, 2004.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Aplicar o Programa Comunitário de Lisboa: Promover o espírito empreendedor através do ensino e da aprendizagem*. In: COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao parlamento europeu, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões*. Bruxelas, 2006.
- DEMAZIÈRE, D.; DUBAR, C. *Analyser lês entretiens biographiques: l'exemple de récits d'insertion*. Paris: Nathan, 1997.
- DEROUET, Jean-Louis. A sociologia das desigualdades em educação posta à prova pela segunda explosão escolar: deslocamento dos questionamentos e reinício da crítica. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, n. 21, p. 5-16, set./out./nov./dez. 2002.
- DUBAR, Claude. *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- DUBET, François. Democratização escolar e justiça da escola. *Educação, Revista do Centro de Educação*, v. 33, n. 3, p. 381-393, set.-dez. 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=117117076002>>. Acesso em: 9 set. 2009.
- EUROPEAN COMMISSION. "Entrepreneurship in the EU and beyond: A survey in the EU, EFTA countries, Croatia, Turkey, the US, Japan, South Korea and China". Analytical Report, December 2009.
- FREIRE, João. O auto-emprego: alguns comentários sobre dados recentes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 40, Out, 1994, p. 137-151.
- FREIRE, João. *O Trabalho Independente*, Lisboa: CIES, 1995.
- FREIRE, João. *Economia e Sociedade: contributos para uma sociologia da vida económica em Portugal na viragem do século*. Celta Editora. Lisboa, 2008.
- JOHNSON, Monica Kirkpatrick. Change in job values during the transition to adulthood. *Work and Occupations*, n. 28, p. 315-345, 2001.
- LAHIRE, Bernard. *O homem plural: as molas da acção*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- LOSCOCO, K. The instrumentally oriented factory worker, myth or reality? *Work and Occupations*, n.º161, pp. 3-25, 1989.

- MACHADO, F. L. et al. Classes sociais e estudantes universitários: origens oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, p. 45-80, 2003
- MANSUY, Michèle. La observación de la transición educación-trabajo en Francia. *Calificaciones & Empleo*. nº. 30, p. 1-4, 2001.
- NICOLE-DRANCOURT, C. *Le labyrinthe de l'insertion*. Paris: La documentation française, 1990.
- ODES. Apresentação do 1º Inquérito de percurso dos diplomados do Ensino Superior – 2001. Síntese de Resultados. Lisboa: ODES, Instituto para a Inovação na Formação, 2002.
- REBELO, G. Trabalho independente em Portugal – empreendedimentou ou risco? *WP Dinâmia*, 32, Junho, 2003.
- RODRIGUES, M. J. O sistema de emprego em Portugal: crise e mutação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- TEICHLER, U. Does Higher Education Matter? Lessons from a Comparative Graduate Survey, *European Journal of Education*, vol. 42, nº.1, p. 11-34, 2007.
- TEICHLER, U. Higher Education and Graduate Employment in Europe. TSER Research Proposal, 1997.
- VERNIÈRES, M. *L'insertion professionnelle: analyses et débats*. Paris: Economica, 1997.
- VINCENS, Jean. La inserción profesional de los jóvenes: en la búsqueda de una definición por convención. *Calificaciones & Empleo*. nº. 23, p. 1-11, 1999.

ⁱEsta comunicação integra o projeto de pesquisa "Percurso de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjectivas com o trabalho" (CESNOVA-UNL - PTDC/CS-SOC/104744/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e coordenador pelo professor Miguel Chaves.

ⁱⁱO argumento de Schumpeter (1961), por exemplo, vinca um importante eixo de análise sobre o empreendedorismo e seu papel no crescimento e desenvolvimento econômico, pois o autor atribui ao empreendedor o papel de manter a estrutura capitalista por meio da destruição criativa, o que consequentemente propala a sua importância enquanto força vital para a economia.

ⁱⁱⁱA esse respeito ver Almeida (2011).

^{iv}Uma caracterização geral dessas obras e do campo de investigação acerca da inserção profissional desenvolvido em Portugal foi realizada recentemente por Alves (2010) e publicada na obra "Inserção profissional de graduados em Portugal: reconfigurações teóricas e empíricas".

^vA respeito do trabalho independente em Portugal ver Freire (1994; 1995) e Rebelo (2003).

^{vi}Em um amplo estudo realizado com os diplomados da Faculdade de Ciência e Tecnologia do ano 1995/96, Alves (2007) indica que após 5 anos de percurso de inserção profissional, 7,6% dos jovens diplomados pela FCT trabalham por conta própria, sendo que 2,3% têm empregados sob sua responsabilidade. Neste caso, a análise dos 5 anos de inserção também permitiu observar que a opção pelo trabalho por conta própria é maior quando os diplomados já dispõem de mais experiência e conhecimento do mundo do trabalho.

^{vii} O ISEGI-NOVA é a escola de gestão de informação da UNL e oferece atualmente duas licenciaturas (1º ciclo): uma em Gestão de Informação e outra em Sistemas e Tecnologias de Informação.

^{viii}As ocupações profissionais nesta base de dados foram classificadas de acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/2010), elaborada a partir da Classificação Internacional Tipo de Profissões de 2008 (CITP/2008) (CHAVES e MORAIS, 2010).

^{ix} Segundo os critérios Eurostat os indivíduos classificados nos grupos profissionais 1, 2 e 3, isto é, os "Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas"; os "Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas" e os "Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio" se encontram em uma posição profissional adequada ao nível de instrução alcançado (CHAVES e MORAIS, 2010).

^x A esse respeito, ver CABRAL, VALA e FREIRE (2000).